

PODER LOCAL, MEMÓRIA E CULTURA POLÍTICA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE A PARTIR DA FIGURA DO GOVERNADOR JOÃO AGRIPINO (PARAÍBA - 1966-1971)

Monique Cittadino¹

Entre 1966 e 1971, o estado da Paraíba foi governado por João Agripino Filho, político integrante dos quadros da UDN e originário da família Maia, uma das mais tradicionais e poderosas oligarquias paraibanas, cuja presença no estado remonta ao século XVIII e cuja participação na vida pública local retrocede ao movimento revolucionário de 1824. O governo João Agripino, o primeiro eleito após o golpe de 1964, e, ao mesmo tempo, o último do período militar a assumir o poder a partir do voto popular direto, não se permite receber um rótulo que o enquadre em uma categoria de análise simples e fechada. Ao contrário, mostrou ser um período extremamente rico, complexo, dinâmico e, por que não dizer, ambíguo, na vida paraibana. O que, sem dúvida, refletia características da personalidade daquele que estava à sua frente.

A perspectiva de estudo e de análise de tal período de governo, sobretudo tendo-se em vista as inter-relações entre poder local, estadual e federal, em um momento politicamente marcado pela re-acomodação da questão federalista e do pacto oligárquico, qual seja, o regime militar, exige o enfrentamento de duas ordens de questões teórico-metodológicas sem as quais o entendimento das especificidades suscitadas pelo governo Agripino ficam comprometidas. É o que pretendo discutir neste trabalho, ou seja, a questão da memória, na perspectiva da biografia, e a questão da cultura política.

Nesse ponto, é fundamental alertar para um aspecto: apesar da centralidade da figura de João Agripino no trabalho que ora sintetizo e que corresponde originalmente à tese de doutorado defendida no PPGHE-USP², não se pode afirmar que o seu eixo inspirador tenha sido a pretensão de construir uma biografia. As dificuldades metodológicas somadas à dificuldade do estilo narrativo - intimamente aproximado das técnicas da literatura e peculiar a um texto de cunho biográfico -

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

² A tese, defendida em 2001, no Programa de Pós Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, intitula-se *Poder Local, Modernização Econômica e Reforma do Estado: a Face de Janus do Governo João Agripino. Paraíba (1966/1971)*.

desestimulariam semelhante empreitada³. Contudo, não se poderia ficar restrito a uma análise institucional do governo João Agripino, em um trabalho que resultasse em um “relatório de governo”. Procurou-se, portanto, investir na centralidade das relações entre indivíduo e sociedade, buscando-se recuperar a relevância do papel do indivíduo na História. Assim, para analisar-se o governo João Agripino, tornou-se indispensável entender o homem João Agripino, suas raízes sócio-políticas e seus vínculos familiares, sua trajetória profissional e política, aspectos do seu temperamento, bem como a discutível herança política por ele deixada, aspectos, portanto, da sua biografia, que permitem avaliar a complexidade e possíveis ambigüidades do indivíduo, corroborando a rejeição de Giovanni Levi por “...modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”⁴.

Apesar, volto a insistir, de não pretender construir uma biografia, aspectos teórico-metodológicos envolvendo a biografia deveriam ser levados em conta. Inicialmente, a perspectiva de a biografia ter sido considerada um gênero menor na produção historiográfica e, portanto, alvo de críticas por esta sua “precariedade”, vinculada à crítica feita, sobretudo pela Escola dos Annales e pelo marxismo, a uma história política tradicional voltada para os grandes acontecimentos da história e para a reprodução da vida dos grandes homens e dos grandes heróis. Esta posição crítica começa a se modificar a partir dos anos 70-80 com a idéia do retorno da história política, a chamada “nova história política”, que traz a renovação no sentido de novos objetos e abordagens da história política, dentre as quais assume relevo a discussão do papel do indivíduo na história, ou seja, a relação entre sujeito e sociedade, por nós já aludida⁵.

Assim, a reconstrução desses aspectos da biografia de João Agripino obedeceu, sempre, às premissas da vinculação do indivíduo com o contexto social no qual está inserido, levando-se em consideração as colocações de Pierre Bourdieu:

...não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente

³ A esse respeito, vide: LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 168.

⁴ FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos...*, p. 169.

⁵ A respeito da renovação da História política, vide: JULLIARD, Jacques. “A Política”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196. BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: Laços Permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 12, n. 23/24, 1991/1992, p. 7-18. FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: um inventário das diferenças”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-14. RÉMOND, Réne (org.). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

*considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.*⁶

Muito embora reconhecendo o papel do contexto e trabalhando, permanentemente, com a interação entre o social e o indivíduo, buscou-se não transformar o contexto em algo determinante, dotado de coerência e lógica intrínsecas, que serve unicamente como uma moldura a limitar e direcionar a trajetória do biografado, que nele não exerce influência ou modificação. Assim, procurou-se dar ênfase aos espaços de liberdade de escolha e de ação a que os sujeitos têm direito diante do devir histórico, o que, no caso de João Agripino, figura que, em larga medida, se contrapôs aos sistemas gerais normativos vigentes ao seu tempo, propondo importantes mudanças sociais, é especialmente relevante.

Desta forma, é interessante perceber que, levando-se em consideração a tipologia elaborada por Giovanni Levi, na qual ele aponta quatro tipos de biografia (a modal, que retrata um caso típico de um dado momento histórico e social; a biografia e contexto, a biografia e casos extremos e a biografia e hermenêutica), apesar das raízes sociais e familiares de Agripino, as particularidades de sua ações e propostas não permite que o enquadremos como exemplo de uma biografia modal e sim, como uma biografia de casos extremos⁷.

Metodologicamente, na construção da biografia, a memória ocupa lugar privilegiado: são as tradições orais familiares, as memórias individuais, as autobiografias, as correspondências, os diários, as entrevistas orais ou escritas, os relatos de vida e a chamada cultura material: fotos, objetos e demais gamas de material relacionado diretamente com o campo de produção ou atividade profissional do biografado. No caso de João Agripino, a abundância da documentação foi expressiva: depoimento ao CPDOC, entrevistas com membros da família, colegas, secretários de estado, entrevistas publicadas em periódicos, anais da Câmara, com sua participação como deputado, fotos, etc. Nas passagens da biografia de João Agripino, o foco foi dirigido, preponderantemente, para o homem público, à exceção de raros episódios de sua vida privada, que, ilustrando diversos aspectos da sua vida pública, davam-lhe sentido.

A carreira política de João Agripino iniciou-se com a sua eleição, em 1945, pela UDN, para o exercício de um cargo - o de deputado federal - cuja atuação se dava, preponderantemente, em torno das questões nacionais, e, portanto, para além dos limites das querelas locais, tendo ele prescindido, para sua vitória eleitoral, de uma prática política prévia nos níveis municipal ou estadual. Para o cargo de deputado federal ele tornou a eleger-se, sucessivamente, até o ano de 1962, quando assumiu o mandato de senador, que não chegou a concluir em virtude da sua posse como governador da Paraíba, em fevereiro de 1966.

⁶ FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos...*, p. 183-191.

⁷ Giovanni Levi tenta fazer uma tipologia - parcial -, como ele próprio reconhece, a respeito das diferentes abordagens biográficas, apresentando-as como prosopografia e biografia modal; biografia e contexto, biografia e os casos extremos e biografia e hermenêutica. FERREIRA & AMADO, *Usos e abusos...*, p. 174-178.

Agripino assumiu o governo do Estado após uma acirrada disputa eleitoral contra os candidatos do PSD/ PTB, Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo, duas das mais expressivas lideranças políticas locais que, juntas na mesma chapa, representavam a aliança entre a política populista e o tradicional domínio oligárquico. Em consequência, viu-se obrigado a desfazer as acusações de administrador tecnocrata e austero e de político frio e distante, que pesavam contra ele, ao mesmo tempo em que buscava construir uma imagem em torno de valores como a honestidade, juventude, competência e capacidade de modernização e de congregação de interesses e valores diversos.

Assumindo o governo, a complexidade e ambigüidade características de João Agripino podem ser percebidas na sua relação com o poder central. A identificação do governo João Agripino com os ideais desenvolvimentistas presentes nas administrações Vargas e Kubitschek e que foram em larga medida incorporados pelo Estado instituído no pós-64, é nítida; ainda, João Agripino sempre demonstrou comungar com os princípios “revolucionários”, assumindo, permanentemente, a posição de um homem da “revolução”; finalmente, sempre manteve fortes ligações com a alta cúpula do Estado Autoritário, mostrando ser, portanto, um elemento de confiança do regime. Em contrapartida, confrontou-se com diversas orientações emanadas dos militares e indispôs-se com vários setores do Estado, procurando manter uma larga faixa de autonomia, o que lhe era permitido em função da legitimidade adquirida pela liderança que exercia sobre seus pares e pela popularidade crescente à medida que seu governo avançava, bem como pela autoridade e respeitabilidade adquiridas ao longo da sua vida pública. Certamente, sabia-se que, a despeito das críticas e “insubordinações” ao poder central, João Agripino era um aliado confiável, capaz de manter a ordem em situações difíceis. Em um movimento dialético, ele também era capaz, com o seu apoio, de contribuir para legitimar o Estado Autoritário.

Os exemplos dessas posições contraditórias na sua relação com o poder central são inúmeros, alguns já tendo entrado para o folclore político local: por ocasião da campanha eleitoral para o governo do estado, em 1965, Agripino indispôs-se com o comandante do Grupamento de Engenharia, que exigia o fim dos comitês estudantis de apoio ao candidato, fazendo com que prevalecesse a sua vontade; nesta mesma campanha, um atrito envolvendo o general chefe do SNI, na Paraíba, resultou em crise no interior do órgão, com o afastamento deste general e demissão do responsável pelo órgão em Pernambuco. Já no exercício do governo, criticou, em entrevista de âmbito nacional, a escolha de Costa e Silva para a Presidência da República; posteriormente, tornou a criticar Costa e Silva, atacando a política econômica do seu governo; em outra oportunidade junto à imprensa nacional, defendeu a volta ao pluripartidarismo; finalmente, enfrentou, ao defender a permanência do jogo do bicho na Paraíba, o comandante do IV Exército, assim como o general que dirigia a SUDENE, por discordar do autoritarismo imposto nas reuniões do órgão. Por outro lado, como homem da “revolução” e representante do Estado Autoritário, reprimiu as manifestações populares ocorridas ao longo de 1968, defendeu as razões para a decretação do AI-5 e buscou justificar a ocorrência de possíveis cassações políticas na Paraíba.

Analisando sob outro aspecto a complexidade inerente a João Agripino, percebe-se que ele também não correspondeu àquilo que se esperaria de um legítimo representante de uma das mais poderosas e tradicionais aristocracias agrárias, os Maia, presentes no estado desde o século XVIII. Mais uma vez, o seu governo impede que o enquadremos dentro de esquemas pré-estabelecidos: do ponto de vista econômico, Agripino não realiza a política econômica esperada pelos grupos agrários detentores do poder local. A sua expectativa de retirar a Paraíba da situação de atraso e miséria seculares repousava na premissa da modificação do perfil produtivo do estado, o que significava o incentivo ao setor secundário. Foi duramente criticado, acusado de visionário, cobrado pelas chaminés das fábricas, que demoravam a se instalar, atacado por, supostamente, pretender desvirtuar a natural vocação agrária da Paraíba. Contudo, indo de encontro às vozes mais conservadoras do estado, o governo Agripino implementou uma política econômica destinada a favorecer os investimentos industriais. Para tanto, atuou no sentido de atrair investidores externos, proporcionando-lhes um suporte em termos de infraestrutura e instituiu uma série de incentivos voltados para a promoção da industrialização local.

Paralelamente à política de incentivos à industrialização, o governo Agripino voltou-se para os investimentos em infra-estrutura, considerados vitais para o projeto desenvolvimentista. Duas linhas de ações foram prioritárias: a) a eletrificação de todos os municípios paraibanos, que, até então, restringia-se aos do litoral e região do Brejo e aos mais importantes do sertão; b) a construção de duas rodovias essenciais à integração territorial e econômica da Paraíba (a BR-230, responsável por cortar o estado, no sentido longitudinal, do litoral ao seu ponto extremo, no alto sertão, e a rodovia do Anel do Brejo, destinada ao escoamento da produção agrícola de uma das principais regiões produtoras do estado). O governo procurou, ainda, recuperar estradas menores e pontes, reforçando a malha viária; investir no fomento ao turismo, construindo o Hotel Tambaú; urbanizar os principais municípios, removendo favelas e mocambos, substituindo-os por conjuntos habitacionais (o que também significava um estímulo ao processo de industrialização, na medida em que subsidiava moradia para a classe trabalhadora). Mais uma vez, as críticas se fizeram presentes: a construção da BR-230 era tida como impossível, haja vista que diversos governos anteriores haviam tentado a sua implantação e a mesma nunca passara de Campina Grande; pela construção do Hotel Tambaú, que se tornaria um marco no turismo paraibano, Agripino foi acusado de elitista, propondo um hotel ao qual os paraibanos não teriam acesso.

Do ponto de vista político, Agripino também interfere nas fontes tradicionais do poder oligárquico, combatendo as manifestações de violência na política, buscando transformar a cultura política local assentada na perspectiva do clientelismo, do compadrio, do personalismo e, fundamentalmente, do patrimonialismo.

Neste momento, interrompo a narrativa a respeito da trajetória de João Agripino para discutir a segunda questão teórica que se impõe à análise. A origem do conceito de cultura política remonta a dois cientistas políticos norte-americanos, Gabriel Almond e Sidney Verba, que, na década de 60, definiram o conceito tendo como pressuposto a idéia da fusão das abordagens sociológicas, antropológicas e

psicológicas para o estudo dos fenômenos políticos correntes em uma dada sociedade⁸. Nesta conceituação inicial, era nitidamente presente a perspectiva da incorporação dos aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto da parte das elites quanto da população destas sociedades. Para estes autores, cultura política seria a “*expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população*”⁹. Assim, de uma forma bastante simplificada, estaria presente no conceito de cultura política a idéia da subjetividade, do posicionamento do sujeito frente a um determinado sistema político.

Nesta elaboração conceitual inicial por parte de Almond e Verba houve uma clara influência da antropologia e do seu conceito de cultura, e, também, da idéia de “caráter nacional”. Portanto, de cultura, os autores tomaram a idéia de padrões de comportamento dentro de uma dada sociedade e, da política, a perspectiva de que ela é uma esfera autônoma que pode ser avaliada, percebida e analisada por indivíduos desta sociedade.

Almond e Verba elaboraram uma tipologia de cultura política, dividindo-as em 3 categorias em que transparece a idéia de progressão e de hierarquização: cultura política paroquial, típica das sociedades simples, com pouca diferenciação entre instituições religiosas e políticas; cultura política de sujeição, presente nas sociedades autoritárias, nas quais os cidadãos estão presos a uma idéia de que as instituições vinculadas ao poder executivo é que são responsáveis por atenderem às suas demandas; e a cultura política de participação, característica das sociedades democráticas, em que os indivíduos teriam uma atitude positiva frente às instituições político-sociais. Além desta tipologia inicial, os autores propõem o conceito de cultura política como um elemento de análise a ser utilizado nas abordagens relativas aos sistemas democráticos, conforme acentua Karina Kuschnir e Leandro Carneiro: “*Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da idéia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas*”¹⁰.

A conceituação de Almond e Verba passa, posteriormente, a ser alvo de críticas oriundas de diversas direções. Estas críticas vinham dos marxistas que afirmavam a impossibilidade de análise dos campos da política e da cultura como dimensões autônomas dentro da sociedade; de outros campos da Sociologia política, que apontavam para o fato do conceito trazer em seu cerne uma perspectiva comportamentalista, em que a cultura política poderia ser apreendida a partir de pesquisas tipo *survey*, ou de ser marcado por uma visão etnocêntrica e hierarquizante, em que o conceito seria utilizado no singular denotando a existência de uma cultura política no interior de uma nação, responsável por garantir uma

⁸ A respeito das colocações de Almond e Verba, vide o trabalho de KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250. Cf., ainda, ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. *Cultura política, identidade e representações sociais*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1999, p. 23-27.

⁹ ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 13, *apud* KUSCHNIR & CARNEIRO, “As dimensões subjetivas...”, p. 227-8.

¹⁰ KUSCHNIR & CARNEIRO, “As dimensões subjetivas...”, p. 230.

correspondente identidade nacional; ou ainda, da antropologia, que procurava relativizar padrões culturais e também buscava novos espaços da política independentes da existência do Estado. Na leitura destes críticos de Almond e Verba, as clivagens internas e as diferentes visões de mundo que marcam uma sociedade não teriam, portanto, espaço para serem contempladas nesta abordagem tradicional¹¹.

Desta forma, em sua trajetória, o conceito de cultura política, durante largo tempo, foi utilizado prioritariamente pela ciência política, terminou por ser quase que abandonado pela antropologia, disciplina em grande parte responsável pelo núcleo central de sua conceituação, até que, a partir dos anos 90, passou a ser apropriado pelos historiadores, que comungando das críticas feitas à formulação inicial do conceito, buscaram a sua renovação/ reinterpretação, absorvendo perspectivas de análises diferenciadas e focadas em objetos múltiplos. No âmbito da produção historiográfica, o conceito de cultura política passou a ser incorporado sobretudo pela Nova História Política, contribuindo para a ampliação da riqueza e sofisticação da análise do universo da política¹². O estudo da política, a partir da incorporação da noção de cultura política, deixa de se restringir às questões políticas formais, às práticas institucionais, às discussões centradas no aparelho de Estado e suas leis, passando a levar em conta elementos conformadores da dinâmica interna das relações sócio-políticas entre os diferentes atores sociais (individuais e coletivos) e entre estes e o Estado, a exemplo de suas percepções, visões de mundo, valores e sentimentos. Em síntese, estas novas análises, partindo do campo teórico da cultura política, passaram, sobretudo, a levar em conta conceitos como o de paixão e o de desejo e a refletir como estas paixões e estes desejos terminam por serem determinantes dos comportamentos e condutas dos indivíduos ou dos grupos diante da sociedade e da política.

Nas palavras de Soihet, Bicalho e Gouveia,

*As culturas políticas constituem fator de agregação social, contribuindo de modo decisivo na constituição de uma visão comum de mundo, de uma leitura compartilhada do passado e do futuro. Formam desse modo 'um patrimônio indiviso', composto por vocabulários, símbolos e gestos, por todo um arsenal de ferramentas que possam exprimir valores, idéias e desejos políticos de um dado conjunto social.*¹³

Assim, o conceito de cultura política ampliou-se, denotando a possibilidade de existência de uma multiplicidade de culturas políticas, confluentes ou conflitantes,

¹¹ Para um melhor detalhamento a respeito de tais críticas, vide KUSCHNIR & CARNEIRO, "As dimensões subjetivas...", p. 227-250; GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 27-30; AZEVEDO, Cecília. "Sob fogo cruzado: a política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA". In: SOHIET, BICALHO, & GOUVÊA, *Culturas políticas...*, p. 381.

¹² Cf. GOMES, "História...", p. 27.

¹³ SOHIET, BICALHO, & GOUVÊA, *Culturas políticas...*, p. 13.

e expandiram-se as possibilidades de estudos e abordagens como percebe-se pelos trabalhos envolvendo a cultura política no antigo regime, a cultura política marcando o comportamento de grupos minoritários e excluídos, a cultura política como chave de entendimento das relações de gênero, exemplos presentes na coletânea “Culturas Políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de História”, organizada por Raquel Soihet, Fernanda Bicalho e Fátima Gouveia. Em síntese, de uma tipologia inicial proposta por Almand e Verba, centrada em três “*padrões evolutivos de comportamento entre os cidadãos e as instituições políticas*”, pode-se passar a falar (mesmo sendo alvo de críticas), por exemplo, da existência de uma “cultura política carioca”, conforme aponta Marcelo de Souza Magalhães, em seu artigo nesta mesma coletânea¹⁴.

Voltando às medidas tomadas por João Agripino para estabelecer uma nova ordem política, assentada na perspectiva de construção de uma nova cultura política, percebemos que suas ações iniciam-se a partir das relações com a própria família, sua base de sustentação política. Pouco antes de assumir o governo, João Agripino viajou a Catolé do Rocha, onde convocou uma reunião familiar na qual estabeleceu as regras do novo governo: não admitiria atos de violência oriundos de seus parentes, nem tampouco aceitaria que qualquer um deles acoitasse violência praticada por seus agregados, assim como não permitiria que andassem armados na cidade. Em seguida, dirigiu-se aos Suassuna, tradicionais inimigos dos Maia, fazendo as mesmas recomendações. Ao mesmo tempo, sucessivos foram os episódios de atritos com parentes por negar-se a atender aos pedidos de favoritismo por eles encaminhados, o que ensejaria a seguinte resposta de um dos seus irmãos ao comentário de que, no governo, não admitiria que a família o destruísse: “... a diferença é que, antes, a família destruía o governador, e, agora, é o governador quem está destruindo a família”.

Dentro da postura de transformar a cultura política local, Agripino também impôs modificações ao aparelho administrativo do Estado, tornando-o mais resistente às investidas privatistas, dotando-o de maior racionalidade e profissionalismo. Se, ao assumir o cargo, montou um secretariado com um forte perfil político, logo em seguida, procedeu a uma ampla reforma, introduzindo como novos auxiliares elementos de formação técnica, identificados com as propostas desenvolvimentistas apresentadas. Simultaneamente, lançou a reforma administrativa, revolvendo um dos pilares da política paraibana, o clientelismo, e dando ao serviço público um perfil profissional. Modificou a estrutura do funcionalismo, criou secretarias, que passaram a responder pelas novas atribuições do Estado, e suprimiu órgãos públicos cuja atuação era inoperante, substituindo-

¹⁴ Marcelo Magalhães refere-se ao conceito de “cultura política carioca” delineado por Marly da Silva Motta para definir o comportamento da elite política carioca no início do período republicano. Entretanto, para Magalhães, tal conceito não pode ser generalizado para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, como pretende Motta, uma vez que não havia diferenças significativas entre a forma como tais indivíduos faziam política e a forma utilizada pelos habitantes de outras cidades, a exemplo de São Paulo. Cf. MOTTA, Marly da Silva. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, *apud* MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?”. In: SOHET, BICALHO, & GOUVÊA, *Culturas políticas...*, p. 285-303.

os por outros dotados de racionalidade administrativa. Neste processo, indispondo-se com o próprio funcionalismo e, principalmente, com aliados políticos, que viam nas novas regras instituídas um sério golpe em vários instrumentos do poder local.

Respalhado, em grande parte, nas relações mantidas com figuras da cúpula do Estado Autoritário, Agripino também podia contrariar interesses de chefes aliados do seu governo e indispor-se com a bancada governista na Assembléia. Sem dúvida, na conjuntura do autoritarismo, em que a ameaça de cassação dos direitos era permanente, pesando sobre a cabeça dos políticos tal qual uma espada de Dâmoques, e as benesses do governo federal restringiam-se aos integrantes do partido governista, é de se esperar que as lideranças locais se vissem obrigadas a acatar as novas regras estabelecidas pelo governador, que contrariavam as práticas políticas sedimentadas há longa data, fundamentais para o exercício do mando.

Em dois momentos Agripino contrariou a sua base aliada: por ocasião da criação dos dois novos partidos instituídos pelo regime militar, a ARENA e o MDB, e na fase de elaboração da nova Constituição do Estado. Na liderança do processo de criação da ARENA paraibana, João Agripino tinha como premissa a formação de um forte partido governista, que congregasse todos aqueles interessados em colaborar politicamente com o seu governo. E, como a perspectiva de integrar o partido oposicionista, nessa nova realidade política, não era das mais atraentes aos políticos paraibanos, a maioria deles procurou ingressar no partido oficial. Isso deu origem a uma situação de descontentamento por parte de correligionários de Agripino, que se viam preteridos com a entrada de adversários no interior do partido. Em diversos municípios, lideranças locais vinculadas à antiga UDN viam seus lugares nos Diretórios da ARENA ocupados por adversários, originando um clima de insatisfação generalizada contra os critérios de filiação ao novo partido. Contudo, Agripino impôs sua posição, fazendo com que o partido governista passasse a contar com a maioria absoluta dos representantes paraibanos no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa, bem como a maioria dos prefeitos municipais.

Com relação ao processo de reconstitucionalização do Estado, levado a efeito no primeiro semestre de 1967, novamente João Agripino viu-se em situação de atrito diante da sua base aliada, uma vez que, para a elaboração do ante-projeto constitucional, prescindiu-se da participação dos deputados estaduais. Tal elaboração ficou a cargo de uma comissão de juristas especialmente designada pelo governador, o que lhe rendeu a acusação de individualismo por parte da bancada governista. Contudo, logo a seguir, as manifestações de protesto por parte dos deputados governistas transformaram-se em demonstrações de apoio irrestrito, fazendo com que a nova Constituição Estadual fosse aprovada sem quaisquer alterações substanciais.

João Agripino, ao findar o seu governo, tinha como pressuposto o abandono da militância política, uma vez que não visava a continuidade da sua carreira pública. Em decorrência, não construiu uma corrente política, uma categoria de análise a qual se pudesse dar o nome de “agripinismo”, caracterizada por vincular-se a bases sociais sólidas e possuir aliados e seguidores a fim de implantar e dar continuidade a um programa ou projeto. A sua base de apoio natural, a elite agrária

oligárquica, foi, em grande parte, por ele contrariada - o exemplo familiar é paradigmático neste sentido -; novos setores, como o empresariado industrial local, ainda eram extremamente incipientes para constituir-se como base política - não é em vão que Agripino se reporta, freqüentemente, à necessidade da vinda de grupos industriais do sul do país -; os seus principais auxiliares, os técnicos, que com ele construíram um plano de governo, não ingressaram na política. O seu poder esgotava-se nele próprio e, como projeto político-econômico, teve a durabilidade do seu governo, o que justifica, no embate com outras forças políticas locais perante a cúpula militar, as derrotas na indicação de Juarez Farias, seu ex-secretário, ao cargo de governador, em substituição a Ernani Sáturo, e de Antonio Mariz, em 1978, para suceder Ivan Bichara. O retorno à política, numa fase da vida em que a saúde já estava comprometida, não significaria a reversão desse quadro.

A morte de João Agripino representou, para a Paraíba, o fim de uma geração de políticos oriundos da aristocracia agrária, integrantes, portanto, das classes dominantes locais, que, para além de qualquer juízo de valor acerca dos propósitos que os moviam e dos interesses a que serviam, foram capazes de projetar o estado em âmbito nacional, ao ocuparem relevantes espaços políticos na constituição do poder central. Agripino diferia, contudo, de seus contemporâneos, por deter uma visão política que, embora não rompesse os vínculos com o Estado, sobretudo em sua configuração autoritária pós-64, e pudesse também ser acusada de estar eivada de equívocos relativos ao projeto desenvolvimentista apregoado, feria numerosos interesses de sua classe e propunha novas bases para o desenvolvimento econômico da Paraíba. A sua proposta política, sem dúvida alguma, não teve continuidade, representando, tão somente, um hiato nas práticas e na cultura política locais. Ele morreu sem deixar herdeiros diretos nem tampouco criar escola. De uma figura ímpar como João Agripino, não se poderia pretender tal tarefa.

Utilizo-me do mito romano do deus Janus, portador de duas faces contrapostas, deus das transições e das passagens, situado no limiar entre o passado e o futuro, para caracterizar o governo João Agripino. Acredito que a analogia procede: uma das faces de João Agripino, aquela vinculada às suas origens familiares, olhava para o passado, para os traços arcaicos e conservadores, que caracterizavam a estrutura de poder e as bases econômicas sobre as quais repousava o Estado. Contudo, assim como Janus, ele não mantinha preso o seu olhar no passado. Poder-se-ia, até mesmo, afirmar que ele olhava para o passado visando superá-lo, ultrapassá-lo, romper com a tradição e com o conservadorismo, posto que a sua outra face voltava-se para o futuro. Futuro, na concepção de Agripino, identificado com a modernização do serviço público; com as transformações das bases econômicas do estado, a partir da implantação de um projeto de industrialização; com a criação de uma infra-estrutura capaz de permitir o desenvolvimento econômico necessário para retirar a Paraíba da situação de pobreza crônica de que era vítima; mas, identificado, sobretudo, com a criação de uma nova cultura política em que não houvesse espaço para as posições patrimonialistas, o clientelismo, o compadrio, as relações sociais fundadas no mando e na obediência, decorrentes do exercício privado da violência e repressão. Em síntese, um futuro

identificado com as propostas desenvolvimentistas e com a separação entre as esferas do público e do privado. João Agripino talvez não tenha sido um democrata, mas foi, indiscutivelmente, um republicano.

RESUMO

Entre 1966 e 1971, o estado da Paraíba foi governado por João Agripino Filho, político udenista originário de uma das mais tradicionais oligarquias paraibanas. O seu governo, por ter sido um dos períodos mais ricos, complexos e dinâmicos na vida política paraibana, não pode ser avaliado a partir de uma categoria de análise simples e fechada, exigindo a incorporação de conceitos que permitam apreender tal complexidade. Desta forma, neste artigo pretende-se discutir a inter-relação entre memória, na perspectiva da biografia, e a questão da cultura política, tomando-se a figura do governador paraibano João Agripino e o seu governo como eixos em torno dos quais tais conceitos podem servir de importantes suportes analíticos. Assim, o artigo busca, inicialmente, recuperar a discussão em torno do conceito de biografia e o espaço a ele dedicado pela chamada “nova história política”, sobretudo o relevo dado à discussão do papel do indivíduo na história, para, em seguida, voltar-se à discussão referente à cultura política, conceito que, originariamente desenvolvido pela ciência política e antropologia, foi incorporado pela historiografia, permitindo, no presente caso, que governante e governo sejam analisados sob uma ótica mais rica e dinâmica.

Palavras-Chave: Cultura Política; Paraíba; Século XX.

ABSTRACT

From 1966 to 1971, Paraíba state was governed by João Agripino Filho, an UDN politic born in one of most traditional local families. His government, a so much rich, complex and dynamic periods of Paraíba's politic life, can't be analyzed by one simple and closed category. This paper intends to discuss the relations between memory - in biography's perspective - and the politic culture, taking Agripino and his government as mainly subjects, and around them these concepts are important analytical supports. The text tries to bring back the discussion of biography's concept and its space on the “new politic history”, specially the question of individual role in history. Then, we discuss politic culture, a concept that was originally developed by Political Sciences and Anthropology and later incorporated by Historiography, and in this case, which one would take a much more rich and dynamic analyses about that governor and his government.

Keywords: Politics Culture; Paraíba; 20th Century.